

## NOTAS SOBRE A ESTÉTICA TRANSCENDENTAL DE KANT: INTUIÇÃO E APARECIMENTO, FORMA E MATÉRIA

**Notes on Kant's Transcendental Aesthetic:  
intuition and appearance, form and matter**

Luís Eduardo Ramos de Souza

Universidade Federal do Pará  
suniatha@yahoo.com.br

**Resumo:** O problema geral que este trabalho visa investigar é o seguinte: o espaço e o tempo são realmente as formas puras da sensibilidade? Duas hipóteses opostas serão analisadas, conforme se considere uma resposta afirmativa ou negativa a esta questão. Na primeira hipótese (afirmativa) discutir-se-á o conceito de intuição e aparecimento na Estética de Kant, tomando-se como referência a tese de Calabria (2017) de que o aparecimento depende da imaginação e da intuição empírica, em contraposição a qual mostrar-se-á que é possível conceber-se o aparecimento sem a imaginação e como um produto apenas da intuição pura e empírica. Na segunda hipótese (negativa) mostrar-se-ão vários argumentos antigos e novos para questionar os limites e as condições sob as quais se pode admitir que o espaço e o tempo pertençam à sensibilidade humana, cujas principais críticas são de caráter científico em geral (lógico, físico-matemático, biológico, robótico). Ao final do trabalho apresentar-se-ão algumas linhas de reflexão sobre a sensibilidade.

**Palavras-chave:** aparecimento; intuição; Estética; Kant.

**Abstract:** The general problem that this paper seeks to investigate is this: are space and time really the pure forms of sensibility? Two opposing hypotheses will be analyzed, depending on whether an affirmative or negative answer to this question is considered. In the first (affirmative) hypothesis the concept of intuition and appearance in Kant's Aesthetics will be discussed, taking as a reference the Calabria's thesis (2017) that appearance depends on imagination and empirical intuition, as opposed to it will be shown that it is possible to conceive the appearance without the imagination and as a product only of pure and empirical intuition. In the second (negative) hypothesis will be shown several old and new arguments to question the limits and conditions under which space and time can be admitted to belong to human sensibility, whose main criticisms are scientific in general logical, physical-mathematical, biological, robotic). At the end of the paper some lines of reflection on sensitivity will be presented.

**Keywords:** appearance; intuition; Aesthetics; Kant.

### Introdução<sup>1</sup>

A pergunta crítica, inicial e fundamental a ser feita sobre a Estética Transcendental de Kant, cuja resposta determinará, no fundo, todo o acerto ou não deste livro, é a seguinte:

---

<sup>1</sup>As citações da obra de Kant são feitas conforme a Edição da Academia (formato eletrônico). Para a *Crítica da Razão Pura* (*KrV*), abreviada aqui por *CRPu*, foi utilizado o padrão de citação convencional A (1781) e B (1787) seguido da respectiva paginação.

1) O espaço e o tempo são realmente os elementos ou formas puras da sensibilidade?

Em linhas gerais, as duas respostas possíveis – afirmativa ou negativa – a este problema central dão origem a linhas de pesquisa bastante diferentes entre si.

Caso se responda afirmativamente, então duas novas questões se colocam aos que concordam com Kant, a saber:

2) Qual a *natureza* da forma (e também da matéria) da sensibilidade?

3) Qual a *relação* entre a forma e a matéria da sensibilidade?

Caso se responda negativamente, então a grande questão posta aos que discordam de Kant é esta:

4) Como compreender corretamente a forma e a matéria da sensibilidade?

Diante destas questões propostas, assumir-se-á inicialmente, de modo provisório, uma resposta positiva à questão (1) acima, assim como se lançará algumas hipóteses alternativas quanto às questões (2) e (3). No decurso desta discussão serão debatidas algumas posições de Calabria (2017) sobre o significado geral da intuição e dos aparecimentos na Estética de Kant.

Posteriormente, assumir-se-á uma resposta negativa sobre a questão (1), de modo a justificar-se que ela possa ser vista com alguma cautela ou suspeita. Nesta parte do artigo serão indicados alguns pontos que justificam esta suspeição, e na parte final se fará algumas indicações sobre a questão (4).

Em suma, o roteiro geral deste texto tem três momentos: primeiro, admite provisoriamente uma resposta afirmativa à questão (1) e faz um contraponto alternativo em relação a algumas posições de Calabria; segundo, investiga a possibilidade de uma resposta negativa à questão (1); terceiro, na conclusão, faz um breve exame de algumas linhas de reflexão que podem ser abertas após estes questionamentos.

## 1. Intuição e aparecimento na Estética Transcendental de Kant

Em seu artigo *Intuições cegas são aparecimentos* (2017), Calabria<sup>2</sup> defende a tese de que os aparecimentos (*Erscheinungen*) resultam de uma ação conjunta entre a sensibilidade e a imaginação, de tal modo que a primeira fornece um múltiplo desordenado (mediante as sensações), enquanto a segunda produz uma ordenação deste

<sup>2</sup> Aqui tomar-se-á como referência este artigo de Calabria (2017), embora este autor defenda esta sua posição, sob perspectivas diferentes, em diversos outros textos (2006, 2012, 2013, 2015).

múltiplo (mediante a síntese da apreensão). Para ele, esta operação de *síntese* (apreensão) é uma atividade autônoma da imaginação aplicada sobre as *sensações* recebidas pela sensibilidade, sem que tal operação envolva a função de *unidade* própria do entendimento. Deste modo, os aparecimentos são produzidos por meio desta relação especial entre a sensibilidade e a imaginação, na qual estão envolvidas apenas as sensações e a sua síntese na apreensão.

Neste artigo, a estratégia usada por Calabria para defender a sua hipótese – conforme indica o título do seu artigo – é esclarecer o significado da afirmação de Kant de que ‘as intuições são cegas’ (*KrV* B 75). Para ele, esta sentença de Kant deve ser compreendida no sentido de que as intuições são *conceitualmente* cegas, na medida em que tais intuições não são determinadas pela função de unidade do entendimento – embora o sejam pela operação de síntese da apreensão feita pela imaginação.

Para sustentar tal interpretação, Calabria considera quatro significados do termo ‘intuição’ em Kant, os quais são extraídos três de Allison (1983)<sup>3</sup> e um de Zöllner (2010), embora em todos eles seja preservado o sentido geral dado por Kant de que ‘a intuição é um conhecimento direto e imediato do objeto’ (*KrV* B 33). Resumidamente, a enumeração destes quatro significados da intuição é a seguinte:

- i- Modificação da mente (ou sensação)
- ii- Objeto intuído (ou aparecimento)
- iii- Ato de intuir (ou operação mental)
- iv- Intuição pura (ou forma mental)

Em linhas gerais, (i) é a intuição enquanto *sensação*, isto é, o conjunto dos dados desconectados recebidos pelos sentidos<sup>4,5</sup>; (ii) é a intuição enquanto *aparecimento*, isto é, o objeto (*Gegenstand*) produzido pela operação de síntese da apreensão produzida pela imaginação sobre os dados desconectados da sensação<sup>6</sup>; (iii) é a intuição enquanto *ação* e *paixão* de intuir, isto é, respectivamente, o procedimento de reunir e receber o

<sup>3</sup> No fundo, as três acepções indicados por Allison são extraídas de Aquila (1977) e Pippin (1982).

<sup>4</sup> Tecnicamente, Kant chama este tipo de conhecimento mediante a sensação de *intuição empírica*, o que, aliás, curiosamente, não é destacado neste momento por Calabria, mas somente no significado (ii) de intuição como aparecimento.

<sup>5</sup> O que Kant chama de sensação – isto é, um estado mental inteiramente subjetivo (*KrV* B 376) – pode ser incluído atualmente, na filosofia da mente, no conceito de *qualia*, o qual designa os estados mentais de caráter inteiramente privado e intransferível relativo às sensações e sentimentos.

<sup>6</sup> Calabria compreende que o aparecimento é um objeto produzido pela intuição sensível e, em particular, pela intuição empírica, mediante a síntese da apreensão (imaginação) sobre os dados desconectados da sensação.

múltiplo das sensações; (iv) é a intuição enquanto intuição sensível (e não intuição intelectual), isto é, a intuição pura e empírica.

Ao final, Calabria conclui que a expressão de Kant “as intuições são cegas” se aplica corretamente aos sentidos de intuição (ii), (iii) e (iv) acima, exceto o (i). Sem adentrar no mérito desta questão, convém apenas chamar atenção aqui ao sentido que lhe parece ser o mais relevante<sup>7</sup>, isto é, a intuição como aparecimento – item (ii). Pois, segundo o autor, a intuição é cega enquanto aparecimento porque este conceito, identificado ao múltiplo da sensação, preenche a característica de ser conceitualmente cego à medida que é indeterminado pela unidade do entendimento, embora ele seja determinado pela síntese da imaginação.

Após este resumo geral do texto de Calabria, convém destacar apenas dois pontos que parecem problemáticos em sua exposição, a saber: a classificação da intuição e o conceito de aparecimento em Kant.

Em primeiro lugar, há o problema da classificação da intuição, pois Calabria usa sem reservas a mesma divisão das quatro acepções da intuição proposta por Allison e Zöllner. Em decorrência disso, Calabria se defronta com dois problemas, a saber, um terminológico e o outro classificatório, propriamente dito. O primeiro problema é terminológico: com efeito, Calabria altera a terminologia usada por Allison para um dos significados da intuição (‘conteúdo mental’) por outra, a saber, ‘modificação da mente’. Contudo, esta alteração terminológica, ao invés de resolver as dificuldades conceituais identificadas por Calabria, traz-lhe na verdade problemas adicionais. Pois, ao afirmar que a intuição é uma modificação do estado mental, ele a confunde com o conceito de sensação<sup>8</sup>, sendo que este problema Calabria só se depara e tenta resolver no segundo significado de intuição (como aparecimento), quando procurar então distinguir a sensação da intuição empírica. Sua solução consiste, em última instância, em definir a sensação como um conjunto de representações mentais desconectadas, enquanto a intuição empírica como um conjunto de representações mentais conectadas apenas pela imaginação (p. 71 ss.). Contudo, tal como será argumentado na discussão do outro

<sup>7</sup> Calabria (2017) reserva quase metade do artigo para tratar deste sentido de intuição.

<sup>8</sup> Para Kant, a sensação é a “percepção que se refere unicamente ao sujeito enquanto modificação do seu estado” (*KrV* B 376), sendo que tal alteração do estado mental é “o efeito de um objeto sobre a capacidade de representação, na medida em que somos afetados pelo mesmo” (*KrV* B 34).

problema, é questionável se a imaginação exerça uma operação de síntese num nível tão primário ou elementar como o da intuição empírica.

Além disso, no cerne da sua análise, ao procurar distinguir estes dois conceitos (sensação e intuição empírica) do de aparecimento, Calabria recorre a passagens da Segunda Analogia para afirmar que a intuição empírica produz uma síntese sucessiva e arbitrária mediante a imaginação<sup>9</sup>, ao passo que o aparecimento se baseia em regras necessárias do espaço e do tempo (p. 74-5). Todavia, as passagens apontadas por Calabria da Segunda Analogia (*KrV* B 236)<sup>10</sup> parecem fornecer uma distinção, não entre a intuição empírica e o aparecimento, mas entre o aparecimento e o objeto [*Objekt*], ou seja, respectivamente: entre o objeto [*Gegenstand*] indeterminado da intuição empírica (aparecimento) e o objeto determinado pelo entendimento [*Objekt*]<sup>11</sup>.

Afora esta questão terminológica, o segundo problema é propriamente a questão classificatória da intuição. Curiosamente, a classificação usada por Calabria com base em Allison e Zöller omite a *intuição empírica*. Esta deficiência conduz Calabria a uma situação aparentemente contraditória ao negar que a intuição empírica configure um quinto significado de intuição (p. 75), e ao mesmo tempo afirmar que a intuição empírica é essencial para definir o aparecimento (p. 71)<sup>12</sup>. Se Calabria tivesse feito uma análise mais crítica da classificação proposta por Allison e Zöller teria evitado tal desconforto, o que poderia ser resolvido com uma ampliação ou reformulação da classificação proposta por estes dois autores.

A título de observação geral sobre a classificação da intuição em Kant, convém destacar que, entre os diversos sentidos que este termo assume na sua filosofia teórica,

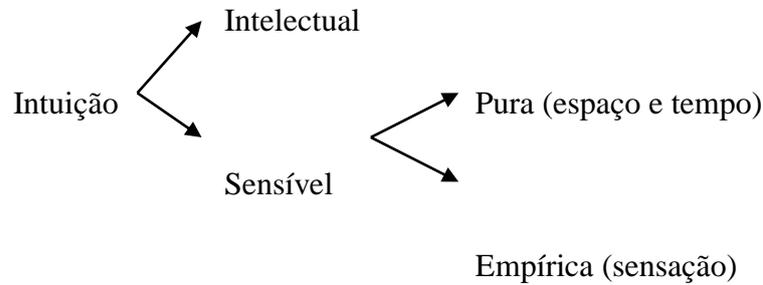
<sup>9</sup> É o exemplo da casa, dado por Kant, que pode ser apreendida arbitrariamente pela imaginação em várias direções e sentidos: de cima para baixo, da esquerda para direita, etc.

<sup>10</sup> Kant: “(...) O que no *aparecimento* contém a condição desta *regra necessária* da apreensão é o *objeto* [*Objekt*]” (*KrV* B 236).

<sup>11</sup> Convém salientar que Kant usa dois termos para *objeto*, sem tradução distinta em português: *Gegenstand* para indicar o objeto em sentido genérico e fraco – por exemplo, o objeto da sensibilidade, da imaginação, do entendimento, etc. (tal como em *KrV* B 34) –, e *Objekt* em sentido restrito e forte para designar o objeto determinado simultaneamente pelas regras da imaginação, entendimento e apercepção (tal como em *KrV* B 236). Infelizmente, esta distinção terminológica parece ter passado despercebida a Calabria na discussão das passagens da Segunda Analogia, o que o levou a identificar o próprio aparecimento a este objeto [*Objekt*] determinado da Analítica – e não ao objeto (*Gegenstand*) indeterminado da Estética –, o que realmente não faz sentido ao que ele próprio compreende por aparecimento. Todavia, este problema terminológico e conceitual não parece comprometer, de modo geral, a interpretação de Calabria sobre o aparecimento, desde que se limite a afirmar que o aparecimento é idêntico ao próprio objeto [*Gegenstand*] indeterminado da intuição empírica, não sendo assim necessário procurar por algum outro objeto que sirva de referência ou base para o aparecimento.

<sup>12</sup> Na verdade, Kant define o aparecimento na dependência da intuição empírica: “o objeto [*Gegenstand*] indeterminado de uma intuição empírica denomina-se aparecimento” (*KrV* B 34).

dois são os principais: a *intuição intelectual* e a *intuição sensível*. Por sua vez, esta última é subdividida em duas acepções: a *intuição pura* e a *intuição empírica*. Os demais sentidos da intuição (ato, objeto, intuição formal) podem, de algum modo, recair sob um destes quatro sentidos principais. Ver *Quadro 1* abaixo:



### *Quadro 1*

Em linhas gerais, a intuição intelectual é criativa do objeto (própria de Deus), enquanto a intuição sensível é receptiva do objeto (própria do homem). Já a intuição pura e a intuição empírica constituem, respectivamente, a forma e a matéria da intuição sensível: a primeira é constituída pelas formas do espaço e do tempo, a segunda pela matéria da sensação.

Em segundo lugar, há o problema relativo ao conceito do aparecimento, propriamente dito, o qual, além da questão conceitual que o confunde com o objeto (*Objekt*) – já apontado acima –, convém examinar a possibilidade de apresentar-se uma concepção alternativa do aparecimento, distinta da de Calabria, baseada em outras passagens de Kant.

Como já foi dito, em linhas gerais, Calabria interpreta que o aparecimento é o objeto da intuição empírica produzido pela síntese da imaginação sobre o múltiplo desordenado das sensações. Para os fins deste trabalho, convém apenas destacar que o essencial da sua concepção é o papel decisivo que a imaginação exerce sobre a intuição empírica para produzir o aparecimento, sem a qual este não aparece como um objeto (*Gegenstand*) à sensibilidade.

Em contraposição a esta concepção do aparecimento, pode-se concebê-lo de um modo alternativo, sem a necessidade de introduzir a imaginação no processo da sua produção. Esta linha de interpretação se insere no conjunto das interpretações ‘conceitualistas’ da sensibilidade, as quais defendem que as intuições estão, de algum modo, carregadas de conceitos ou têm conteúdos conceituais (Maimon (1992); Zöllner (2010); McDowell (1996;1998)).

O ponto central desta interpretação consiste em admitir a hipótese de que a intuição pura é o conjunto das regras espaciais e temporais *possíveis* ou *in abstracto*, ao passo que a intuição empírica é o conjunto das relações espaciais e temporais *atuais* ou *in concreto*.

De um lado, a intuição pura constitui a *forma* da sensibilidade e contém os princípios (regras e relações) determinantes da matéria da sensibilidade – ou seja, da intuição empírica. Esta interpretação da intuição pura tem apoio em Kant, para quem o espaço e tempo são as duas formas da intuição pura que contêm nada mais que relações espaciais (extensões) e temporais (sucessão, simultâneo, permanente)<sup>13</sup>:

Ora, o que como representação pode preceder toda a ação de pensar alguma coisa é a intuição e, se não contém senão *relações*, é a *forma* da intuição [...]. Logo, pode-se julgar que o sentido externo não nos dando senão simples representações de *relações*, este só pode conter em sua representação a *relação* de um objeto ao sujeito e não o elemento interno do objeto em si [*grifos meus*] (KrV B 67).

Com a intuição interna ocorre o mesmo, (...) e que como *condição formal*, subjaz ao modo como pomos as representações na mente, [o tempo] contém já *relações* de *sucessão*, de *simultaneidade* e daquilo que é simultâneo com a sucessão (o *permanente*) [*grifos meus*] (KrV B 67).

Para confirmar esta teoria da idealidade tanto do sentido externo como do interno, por conseguinte de todos os objetos dos sentidos como simples aparecimentos, pode servir egregiamente a observação de que tudo o que em nosso conhecimento pertence à *intuição* (...) não contém senão meras *relações* de lugares numa intuição (extensão), de mudança de lugares (movimento), e leis segundo as quais esta mudança é determinada (forças motoras) [*grifos meus*] (KrV B 66-7).

<sup>13</sup> A este respeito, ver SOUZA, 2010, p. 35 e 52.

De outro lado, a intuição empírica constitui a *matéria* da sensibilidade e contém o conjunto dos elementos (sensações) que são ordenados pelas relações pertencentes às formas da intuição pura (espaço e tempo). Conforme escreve Kant:

Aquela intuição que se refere ao objeto mediante sensação denomina-se *empírica* (...). Denomino *matéria* do aparecimento aquilo que nele corresponde à sensação; denomino, ao invés, *forma* do aparecimento aquilo que faz com que o múltiplo do aparecimento possa ser ordenado em certas *relações* [último grifo meu] (*KrV* B 34).

Diante do exposto, o aparecimento (*Erscheinung*) pode ser compreendido como o objeto resultante da simples interação entre a intuição pura (forma) e a intuição empírica (matéria) da sensibilidade. Enquanto a intuição pura contém um conjunto de relações formais (espaciais e temporais) em estado *potencial* (isto é, meras possibilidades *in abstracto* ou formais de tais relações), a intuição empírica contém um conjunto de tais relações (espaciais e temporais) em estado *atual* – isto é, as relações *in concreto* ou aplicadas diretamente à matéria da sensação.

Nesta interpretação, a imaginação não aparece na produção do aparecimento, sendo que este depende inteiramente de operações realizadas somente no domínio da sensibilidade por meio de uma inter-relação entre a sua forma e a sua matéria. O aparecimento é assim concebido como o mero objeto ou a entidade sensível produzido conjuntamente pela matéria e pela forma da sensibilidade. Deste modo, o sentido da frase de Kant de que ‘o aparecimento é o objeto indeterminado da intuição empírica’ (*KrV* B 34) significa que ele é um objeto indeterminado pela imaginação e pelo entendimento, sendo determinado exclusivamente pela sensibilidade (forma e matéria).

Esta interpretação, embora possa talvez contrariar Kant em outras passagens, tem não obstante a vantagem de oferecer uma visão mais adequada em relação ao desenvolvimento da ciência atual, como, por exemplo, a neurociência e a robótica, evitando assim a sua filosofia teórica recair em uma metafísica da subjetividade radical, cujo ideário nega absolutamente qualquer possibilidade de verificação empírica dos *a priori*<sup>14</sup>. Esta postura dogmática da filosofia transcendental tem sido questionada gradativamente e, caso não se ofereça uma resposta satisfatória aos desafios propostos

---

<sup>14</sup> Ver Dupuy (1996).

pela ciência contemporânea, a filosofia de Kant corre o risco de se tornar um artefato teórico engenhoso, mas obsoleto.

Por exemplo, a neurobiologia da visão humana descreve que há um pré-processamento biológico da cena visual (ou do aparecimento) que se inicia nas células da retina (cones e bastonetes)<sup>15</sup> e depois se divide em duas vias visuais principais, denominadas de sistema parvocelular e magnocelular: o primeiro é responsável pela percepção visual das formas, cores e resolução, enquanto o segundo pela percepção do movimento. Qualquer lesão, disfunção ou má formação nos neurônios de um destes dois sistemas acarreta alterações e dificuldades na representação de uma destas características visuais<sup>16</sup>.

A robótica é outro exemplo que revela que a visão computacional tem um pré-processamento artificial dos objetos (ou aparecimentos) que depende de componentes tanto físicos (*hardware*) como lógicos (*software*) intimamente relacionados: de um lado, há os aparelhos (sensores e câmeras) para captar a presença dos objetos externos, e de outro há os programas para processar estas informações com propósitos variados (reconhecimento, identificação, detecção, movimento, etc.).

Estes dois exemplos põem em questão em que medida é sustentável o caráter absoluto dos *a priori* postulados por Kant, a saber, em que medida os *a priori* da sensibilidade (espaço e tempo) independem absolutamente de qualquer base empírica. Afinal, como explicar, de acordo com Kant, que os *a priori* do espaço e do tempo são os responsáveis pela representação da figura, posição, extensão e sucessão dos objetos externos, diante das células, neurônios, sensores e programas que executam estas funções específicas?

A interpretação aqui proposta da intuição pura e empírica e do aparecimento oferece uma saída a este problema, na medida em que o conjunto de regras da intuição pura é parcialmente aplicado ou incorporado à intuição empírica para produzir a representação do aparecimento. Isto é algo semelhante ao que ocorre no sistema visual humano e artificial, na medida em que na sua arquitetura biológica ou computacional está incorporada um conjunto de regras específicas que possibilitam a representação dos objetos externos ou dos aparecimentos.

---

<sup>15</sup> Os cones reconhecem as cores e os bastonetes a luminosidade.

<sup>16</sup> Por exemplo, dificuldades de perceber linhas horizontais ou verticais, ou a impossibilidade de perceber a continuidade de um objeto em movimento (o qual aparece como fotos instantâneas e descontínuas).

Após o exposto, podem-se fazer diversas reflexões e extraírem-se algumas conclusões, porém limitar-se-á aqui ao registro de cinco. Primeira, há um pré-processamento da visão humana e robótica que ocorre em um nível muito elementar ou primário da sensibilidade (de caráter físico-químico ou mecânico-eletrônico), que independe da operação de qualquer faculdade pensante superior, tal como a imaginação ou o entendimento.

Segunda, é necessário reconhecer que nesta arquitetura elementar da visão humana e robótica estão presentes ou embutidos fortes conteúdos conceituais, envolvidos na sua construção ou funcionamento – sendo que no caso da visão humana estes conteúdos conceituais são descobertos *a posteriori*, ao passo que no caso da visão computacional são postulados *a priori*.

Terceira, é possível admitir um conjunto de operações paralelas e de um nível secundário e superior ao da sensibilidade, cuja função é produzir um processamento auxiliar àquele obtido por esta faculdade, cuja origem podem ser regras bem específicas da imaginação ou do entendimento – como, por exemplo, para produzir no aparecimento algumas discriminações, e para estabelecer algumas relações básicas entre o sujeito e o objeto (tal como a intenção e a atenção).

Quarta, no desenvolvimento evolutivo da sensibilidade de uma dada espécie de ente (por exemplo, o homem) é possível dar-se razão à tese de Calabria, no sentido de admitir-se que as faculdades pensantes (imaginação ou entendimento) determinem a sensibilidade com suas operações à medida que elas – por exemplo, a imaginação – podem influenciar diretamente a modelagem física (plasticidade) ligada à intuição empírica dos aparecimentos. Porém, uma vez que no processo evolutivo a imaginação conclui certas operações plásticas sobre a base física da intuição empírica para produzir a representação dos aparecimentos, então ela passa a ocupar-se gradualmente com objetos ligados apenas indiretamente aos aparecimentos (tais como as memórias, ficções, construtos) e transfere estas operações primárias de representação direta dos aparecimentos unicamente à sensibilidade. A partir deste momento, a sensibilidade passa a executar procedimentos autônomos de baixo nível (primário ou elementar) para

representar os aparecimentos, sem que seja necessário para tal a atuação das faculdades pensantes, tal como a imaginação ou o entendimento<sup>17, 18</sup>.

Quinta, embora as limitações históricas da ciência à época de Kant o impedissem de ter uma compreensão mais profunda sobre o funcionamento do sistema visual humano e robótico, talvez ele pudesse ter enveredado por esta via mitigada de conceber os *a priori*, aqui proposta, se ele tivesse ou concebido de modo menos rígido a relação entre a forma e a matéria (ver adiante o tópico 2.1), ou então desenvolvido melhor o conceito de *sinopse*, apresentado por ele na 1ª edição da *CRPu* (*KrV* A 94)<sup>19</sup>. Com efeito, nesta passagem, Kant sugere que a sinopse é uma operação própria da sensibilidade que produz uma *ordenação* do diverso da intuição empírica por meio da intuição pura. No entanto, ao invés de Kant prosseguir neste caminho de investigação da sensibilidade, o que se observa – parafraseando aqui Heidegger<sup>20</sup> – é que Kant realiza uma espécie de *recuo diante da sensibilidade*, fazendo este retrocesso em favor da imaginação e do entendimento. Este recuo de Kant face à sensibilidade pode ser visto particularmente em *KrV* B 162 (nota), em que ele abandona de vez o conceito de sinopse em prol do de síntese para explicar ordenação do múltiplo da sensação:

Dessa maneira fica provado que a síntese da apreensão, que é empírica, tem necessariamente de estar conforme a síntese da apercepção, que é intelectual e está contida inteiramente *a priori* na categoria. É uma única e mesma espontaneidade que introduz, lá sob o nome da *imaginação*, e aqui de *entendimento*, a *ligação no múltiplo da intuição* [grifos meus] (*KrV* B 162n.).

<sup>17</sup> Convém notar que, uma vez que a sensibilidade tenha se estabilizado como um sistema autônomo de baixo nível face às faculdades pensantes, então a imaginação só poderá interferir no domínio da sensibilidade mediante a produção de aparecimentos de *nível* distinto, tal como ocorre no exemplo dos *sonhos* e das *alucinações*.

<sup>18</sup> Com algumas reservas, a *linguagem* pode fornecer um outro exemplo de um sistema evolutivo que recebeu inicialmente contribuições de regras oriundas da imaginação e do entendimento, mas que posteriormente este sistema se comporta de maneira autônoma em relação a estas duas faculdades. Uma das diferenças entre o sistema evolutivo da *linguagem* e do *aparecimento* é que o sujeito tem mais facilidade de reconhecer ou ter ciência no primeiro sistema que no segundo do trabalho prévio da imaginação e do entendimento na construção destes dois sistemas de regras.

<sup>19</sup> “Há, contudo, três fontes originárias (capacidades ou faculdades da alma) que contêm as condições de possibilidade de toda a experiência e não podem, elas próprias, ser derivadas de nenhuma outra faculdade da mente, quais sejam, o *sentido*, a *imaginação* e a *apercepção*. Nelas se fundam: 1) a *sinopse a priori* do diverso por meio do sentido; 2) a *síntese* do diverso por meio da imaginação; e, finalmente, a *unidade* dessa síntese por meio da apercepção originária” (*KrV* A 94).

<sup>20</sup> Heidegger afirma que Kant realizou um retrocesso diante da imaginação, porém em prol do entendimento (1996, §31).

Ou seja, para superar as dificuldades teóricas na análise da intuição e do aparecimento, bem como as limitações do conhecimento científico da sua época, Kant introduz, precocemente, no lugar da *sinopse* da sensibilidade, a *síntese* da imaginação para resolver o problema da ordenação do múltiplo das sensações neste nível muito elementar ou primário da representação do aparecimento.

## 2. Forma e matéria da sensibilidade na Estética Transcendental de Kant

No tópico anterior partiu-se da hipótese de que a questão (1) recebe uma resposta positiva, admitindo-se assim provisoriamente a tese de Kant de que o espaço e o tempo são realmente os *a priori* da sensibilidade, e em seguida discutiu-se criticamente as interpretações de Calabria sobre a intuição, o aparecimento e a imaginação.

Neste tópico, partir-se-á da hipótese contrária sobre a referida questão (1), conferindo-lhe assim uma resposta negativa ou ao menos colocando-a sob suspeição. Este tópico terá duas partes, assim divididas:

- i- O problema da matéria e forma em Kant
- ii- A suspeição sobre os *a priori* da sensibilidade em Kant

### 2.1. O problema da matéria e forma em Kant

Kant usa em toda a sua filosofia crítica os conceitos correlatos de matéria e forma<sup>21</sup>, os quais provêm, em última instância, da filosofia antiga (Platão e Aristóteles) e atravessam a filosofia medieval (problema dos universais). Vários problemas decorrem no emprego de tais conceitos, dentre os quais destacam-se dois: 1º) Qual a *relação* entre a matéria e forma? 2º) Qual a *natureza* da matéria e da forma?

Quanto à questão da relação, Porfírio (*Isagoge*) fixou os principais parâmetros para a sua interpretação: (i) a forma precede a matéria, e determina esta; (ii) a forma sucede a matéria, e é determinada por esta; (iii) a forma coexiste à matéria, e se determinam mutuamente<sup>22</sup>.

Quanto à questão da natureza é possível identificarem-se também três posições principais: (iv) o dualismo (matéria e forma têm naturezas heterogêneas); (v) o

<sup>21</sup> Quanto ao uso destes termos na filosofia prática de Kant, consultar SOUZA (2016).

<sup>22</sup> Respectivamente, estas três posições ficaram conhecidas entre os medievais como a tese nominalista (ou *ante rem*), a tese realista (ou *post rem*) e a tese intelectualistas (ou *in rem*). Em certo sentido, estas teses podem ser associadas às posições do racionalismo, empirismo e criticismo, respectivamente.

monismo idealista (matéria tem natureza homogênea à forma); (vi) o monismo materialista (a forma tem natureza homogênea à matéria).

Dentro deste quadro resumido, pode-se dizer que Kant assume as posições (iii) e (iv) na sua filosofia teórica. Quanto à posição (iii), Kant afirma de modo geral três teses: primeira, que a forma e a matéria são *interdependentes* à medida que é necessário pressupor ambas para explicar o conhecimento, sendo este impossível pela suposição de somente uma delas<sup>23</sup>; segunda, que as funções da forma e da matéria são *impermutáveis*, no sentido de que ambas executam funções específicas que não podem ser trocadas entre si<sup>24</sup>; terceira, que a regra geral destas funções é que a forma é um princípio *determinante*, enquanto que a matéria é um princípio *determinável*.

Quanto à posição (iv), Kant reconhece rigidamente que a forma e a matéria são de naturezas totalmente heterogêneas, na medida em que a primeira tem a natureza *de relações* (intuitivas, categoriais, heurísticas), ao passo que a segunda a de *multiplicidade* (sensações, intuições, categorias). Em termos mais precisos e amplos, pode-se dizer que a forma constitui um *sistema de regras* em geral, ao passo que a matéria (ou conteúdo) é um *sistema ou classe de objetos* em geral sobre o qual se aplicam aquelas regras. No caso da filosofia teórica de Kant estas regras e objetos variam e recebem nomes distintos conforme o contexto considerado. Por exemplo: no contexto da Estética, a forma significa as regras puras intuitivas (intuição pura), ao passo que a matéria os objetos empíricos ou as sensações (intuição empírica); no contexto da relação entre a Estética e a Analítica, a forma designa as regras do entendimento (categorias), enquanto a matéria os objetos sensíveis em geral (puros e empíricos); no contexto da relação entre a Analítica e a Dialética, a forma indica as regras da razão (princípios heurísticos) e a matéria as regras do entendimento (categorias).

Este último fato revela que Kant usa na sua filosofia teórica os conceitos de forma e matéria de modo *flexível, versátil* ou *fluido*, no sentido de que ambos são imputados a diferentes objetos a depender do contexto. Por exemplo, na comparação geral das faculdades, ele diz que as faculdades pensantes fornecem a forma do conhecimento, ao passo que a faculdade intuitiva a sua matéria. Todavia, ao isolar a faculdade da

---

<sup>23</sup> Convém notar que Kant não é rigoroso no uso desta regra da interdependência entre a forma e a matéria, pois em uma passagem controversa da Estética (*KrV* B 38-9/46) ele afirma que a forma (espaço e tempo) subsiste sem o conteúdo (objetos) – ver à frente o tópico 2.2.1.

<sup>24</sup> Por exemplo, a função do pensamento é pensar e da intuição intuir, e eles não podem permutar tais funções.

sensibilidade, ele diz que a intuição pura constitui a forma do aparecimento, enquanto a intuição empírica a sua matéria; além disso, ao isolar somente a intuição pura, ele diz às vezes que o espaço fornece uma matéria à forma do tempo (*KrV* B 67)<sup>25</sup>.

Dadas estas características gerais dos conceitos de matéria e forma em Kant, convém chamar a atenção ao fato de que as interpretações ‘conceitualistas’ e ‘não conceitualistas’ das intuições decorrem, no fundo, de um posicionamento quanto à natureza homogênea ou heterogênea destes dois conceitos. Assim, no contexto da Estética Transcendental, as interpretações ‘não conceitualistas’ das intuições – tal como a defendida por Calabria – assumem a posição dualista (iii), que é, como foi dito, a posição rígida assumida por Kant dentro deste debate. Em contrapartida, as interpretações ‘conceitualistas’ das intuições defendem as outras duas posições: o monismo idealista (própria dos filósofos metafísicos) e o monismo materialista (própria das ciências empíricas, em particular, da neurociência).

No âmbito das faculdades em geral, a tese dualista de Kant aparece em especial na relação entre o pensamento e a intuição, cuja solução proposta por ele para superar esta dicotomia entre a forma e a matéria consiste em introduzir a imaginação como uma faculdade intermediária, de natureza dual (isto é, ela possui forma e matéria ao mesmo tempo), cuja função é estabelecer a unidade entre ambos (pensamento e intuição). Esta solução de Kant tem vantagens e desvantagens a serem consideradas. A vantagem está na ideia geral de manter em algum nível a unidade entre a forma e matéria, embora seja talvez desnecessário pressupor para isso a faculdade da imaginação. Por exemplo, no contexto apenas da faculdade da sensibilidade e da relação entre a intuição pura e empírica, esta unidade entre forma e matéria pode ser justificada no caso da visão humana e artificial – visto acima –, uma vez que em um nível muito elementar pode-se dizer que se encontram de fato intimamente ligadas tanto as funções e os neurônios na visão humana, bem como o *software* e o *hardware* na visão robótica. Isto revela certa atualidade da filosofia teórica de Kant, embora isso ocorra, mais uma vez, ao custo de abrir-se mão talvez do conceito de imaginação para esta explicação, tal como defendido pela visão não conceitualista.

Porém, a desvantagem do dualismo de Kant pode ser vista no contexto geral da relação entre o pensamento (forma) e a intuição (matéria), uma vez que a solução por

---

<sup>25</sup> A este respeito ver SOUZA, 2001, pag. 91-3.

meio da imaginação como uma faculdade intermediária apenas recua ou transfere o problema para uma outra esfera, isto é, para o interior da própria imaginação. Com efeito, o dualismo matéria/forma reaparece agora dentro da imaginação e precisa ser novamente resolvido. Se adotar-se a mesma solução da ‘faculdade intermediária’ proposta por Kant, então deve-se introduzir novamente no interior da imaginação uma faculdade de natureza dual para se resolver este outro problema do dualismo. Porém, se esta nova faculdade tem também uma natureza dual entre matéria/forma, então esta solução da ‘faculdade intermediária’ precisa ser repetida *ad infinitum*<sup>26</sup>.

## 2.2. A suspeição sobre os *a priori* da sensibilidade em Kant

Dito de modo direto, a questão crucial a ser tratada neste ponto e que foi colocada no início deste texto é a seguinte: o espaço e o tempo são realmente os *a priori* da faculdade sensibilidade?

Esta questão será analisada neste trabalho em dois tópicos distintos, a saber:

- 1º) O problema da *dedução* do espaço e do tempo na Estética;
- 2º) O problema *sensível* ou *intelectual* do espaço e do tempo.

### 2.2.1. O problema da dedução do espaço e do tempo na Estética

Uma leitura atenta da *CRPu* (Estética) e dos *Prolegômenos* (§§6-10) revela facilmente que Kant não apresenta argumentos convincentes para estabelecer que o *espaço* e *tempo* são, de fato e exclusivamente, as duas formas puras da sensibilidade. Para falar com rigor, Kant não oferece nestas passagens uma verdadeira *dedução metafísica* do espaço e do tempo, mas apenas uma *exposição metafísica* de ambos – e isso ocorre apenas no contexto da *CRPu*.

Ora, em Kant, o objetivo da exposição metafísica é distinto da dedução metafísica. Na exposição metafísica trata-se apenas indicar a compreensão (lógica)<sup>27</sup> dos conceitos do espaço e tempo, isto é, as notas características contidas nestes dois

---

<sup>26</sup> Embora o recurso *ad infinitum* esteja sendo usado aqui para criticar o dualismo de Kant entre o pensamento e a intuição, ele não é necessariamente um fator negativo que impeça o progresso da reflexão filosófica. Na verdade, o surgimento de uma série *ad infinitum* pode ser muito útil, desde que se ofereça as ferramentas conceituais adequadas para operá-la – o que, infelizmente, está além do escopo deste texto.

<sup>27</sup> Segundo a lógica, todo conceito tem uma *compreensão* (ou o conjunto das suas notas ou atributos característicos contidos no conceito) e uma *extensão* (ou o conjunto dos objetos ou indivíduos referidos pelo conceito). Por exemplo, o conceito *homem* tem como compreensão as notas *racional*, *animal*, *vivente*, etc., ao passo que a sua extensão refere-se a *João*, *Maria*, *Ana*, etc.

conceitos, tanto as comuns como as distintivas<sup>28</sup>, por meio das quais se pode justificar que se tratam de intuições e não conceitos (empíricos ou discursivos). Por sua vez, na dedução metafísica visa-se justificar porque o espaço e o tempo, e não outros conceitos, devem ser admitidos como os únicos princípios puros da sensibilidade. Contudo, precisamente neste ponto decisivo da Estética Transcendental Kant causa certa perplexidade e surpresa ao seu leitor ao introduzir abruptamente, quase por simples definição ou postulação arbitrária, o espaço e o tempo como as formas puras da sensibilidade:

No decurso desta investigação ver-se-á que como princípios do conhecimento *a priori* há duas formas da intuição sensível, a saber, *espaço* e *tempo*, com o exame dos quais nos ocuparemos agora [grifos meus] (*KrV* B 36).

Ora, o *espaço* e o *tempo* são aquelas intuições em que a matemática pura funda todos os seus conhecimentos e juízos (...) [grifos meus] (*Prol* 4: 283).

Enquanto na Analítica Kant tem o cuidado de fazer uma dedução metafísica das categorias para fixar a sua classificação (ou tábua) mediante critérios lógicos – muito embora estes sejam questionáveis<sup>29</sup> –, todavia, na Estética não se encontra a mesma preocupação de Kant em realizar uma dedução metafísica do espaço e do tempo<sup>30</sup>. Na verdade, o que Kant faz na Estética é tão somente uma espécie de “dedução” da *intuição pura*, isto é, de argumentos a favor da necessidade de admitir-se as intuições puras como a *forma* da sensibilidade a título de um contraponto necessário das intuições empíricas, sendo estas vistas por ele como a *matéria* da sensibilidade.

Contudo, inferir, como Kant o faz, a partir desta ‘dedução’ da intuição pura, que o *espaço* e o *tempo* são as duas formas da intuição pura, trata-se de um passo decisivo e

<sup>28</sup> Segundo SOUZA (2001), as principais notas características do espaço e do tempo podem ser divididas em três classes: as *propriedades*, as *relações* e os *sentidos*. As propriedades são notas comuns ao espaço e tempo (*infinitos, homogêneos, imóveis*), ao passo as outras duas são notas distintivas de ambos, a saber: as relações do espaço (*extensão*) e do tempo (*sucessão, simultâneo, permanente*); e os sentidos do espaço (*externo*) e do tempo (*interno*). Convém destacar que as propriedades do espaço e do tempo de Kant reproduzem as características gerais do espaço e tempo absoluto de Newton.

<sup>29</sup> É questionável o princípio lógico usado por Kant para deduzir o sistema das categorias porque a correção e completude do sistema das categorias depende da completude e correção do sistema dos juízos lógicos: se este for certo ou falho, afetará necessariamente aquele. Ora, é bastante questionável que Kant tenha resolvido satisfatoriamente este problema. (Para maiores informações sobre esta questão, ver SOUZA, 2015).

<sup>30</sup> Embora Kant afirme, às vezes, inapropriadamente, que realizou uma dedução do espaço e do tempo (*KrV* B 119-20).

muito largo que necessita realmente de uma verdadeira *dedução metafísica*, a qual, infelizmente, não foi uma tarefa devidamente empreendida por Kant na Estética Transcendental.

Em verdade, pode-se dizer que Kant justapõe, de modo transversal, na *exposição metafísica* do espaço e do tempo alguns argumentos em prol de uma *dedução metafísica* destes conceitos na Estética. É o caso, em especial, do ponto (2) da *exposição metafísica* do espaço e do tempo (*KrV* B 38-9/B 46), onde Kant argumenta que o conteúdo da sensibilidade pode ser eliminado (isto é, os objetos externos e internos), porém a forma da sensibilidade que contém estes dois tipos de objetos não pode ser suprimida (a saber, o espaço e o tempo)<sup>31</sup>.

CAYGILL (2000, p. 202-3) afirma que Kant emprega o método *analítico* (*CRPu*) e o *sintético* (*Prol.*) para deduzir as intuições puras, em que no primeiro ele parte dos objetos para chegar às intuições puras, e no segundo ele realiza o caminho inverso ao partir destas para chegar àqueles. Contudo, uma análise mais detalhada destes dois métodos revela que Kant usa dois princípios lógicos para ‘deduzir’ as intuições puras: a *abstração* e a *razão suficiente*. Por sua vez, a explanação destes dois princípios remete ao assunto do próximo tópico, sendo nele melhor analisado.

### 2.2.2. O problema sensível ou intelectual do espaço e do tempo

Este tópico traz à tona novamente o velho debate entre as interpretações conceitualistas e não conceitualistas acerca das intuições, o qual, como foi dito acima (item 2.1), tem como fundamento modos distintos quanto à compreensão da natureza da forma e da matéria (conteúdo). Em linhas gerais, os não conceitualistas defendem a posição rígida de Kant de que o pensamento e a intuição têm natureza heterogênea e não permutável entre si, ao passo que os conceitualistas defendem uma posição contrária a de Kant, de que o pensamento e a intuição têm natureza homogênea (tal como por exemplo, de que as intuições são espécies de conceitos indistintos diferentes dos conceitos do entendimento apenas em grau de perfeição<sup>32</sup>).

<sup>31</sup> Todavia, é atualmente questionável este argumento de Kant à luz da teoria da relatividade geral de Einstein (1999), na medida em que esta conclui que se desaparecerem os ‘objetos’ (campos) também desaparece o próprio espaço e tempo. Obviamente, este resultado da relatividade geral é mais próximo das teses filosóficas de Berkeley e Leibniz que das posições de Kant e Newton. (A este respeito, ver SOUZA, 2014).

<sup>32</sup> Tese de Leibniz-Wolff defendida por MAIMON (1992, p. 239).

O que se pretende mostrar aqui é que há elementos na própria filosofia teórica de Kant que permitem suspeitar de fundamentos conceitualistas na sua concepção do espaço e do tempo, o que pode ser visto em uma análise mais acurada sobre a questão da ‘dedução’ das intuições puras, posta ao final do tópico anterior.

Com efeito, embora se possa dizer que Kant emprega em geral o método analítico e sintético para fazer a dedução das intuições puras, porém esta interpretação proposta por Caygill (2000) não é muito precisa ao menos por três razões: primeira, ele localiza o método analítico na *CRPu* e o método sintético nos *Prolegômenos*, muito embora Kant usa os dois nesta última obra; segunda, ele perde de vista que em ambos os métodos Kant parte do mesmo ponto (a saber, os objetos empíricos ou puros) para chegar às intuições puras; terceira, e mais importante, ele não identifica os princípios lógicos usados por Kant em tal ‘dedução’ das intuições puras, a saber, a *abstração* e a *razão suficiente* – sendo que a abstração nada mais é que uma espécie do princípio de *negação*, pois a abstração apenas *nega* notas características de um conceito ou objeto. Para os fins deste trabalho, analisar-se-á mais detalhadamente este último ponto.

Deste modo, na *CRPu* (B 35-6) Kant parte de objetos da intuição empírica (por exemplo, o conceito empírico de *corpo*) e, mediante uma dupla aplicação da regra da *abstração*, ele primeiro nega o entendimento (isto é, as notas inteligíveis presentes no conceito de *corpo*, tais como as de substância, força, divisibilidade, etc.), e em seguida nega a própria intuição empírica (isto é, as notas sensíveis presentes no conceito de *corpo*, tais como as de cor, dureza, impenetrabilidade, etc.). O resultado desta dupla abstração (ou negação) é a indicação da *intuição pura* enquanto a forma da sensibilidade (nas quais restam ainda do conceito de *corpo* apenas as notas formais da extensão e da figura). Convém notar que nesta passagem Kant ‘deduz’ supostamente o apenas a intuição pura do espaço, mas não a do tempo.

Por sua vez, nos *Prolegômenos* (§§6-10) Kant parte de objetos da intuição pura (por exemplo, os objetos matemáticos) para em seguida aplicar uma única vez a regra da *razão suficiente*, a fim de inferir que é necessário pressupor a forma da *intuição pura* como condição ou fundamento para a representação de tal conteúdo (isto é, os objetos geométricos e aritméticos). Neste caso, a regra da razão suficiente tem por base o fato de que a matéria e a forma são conceitos correlatos, de modo que dado um conteúdo

puro (os objetos matemáticos) é necessário pressupor a sua forma correspondente (a intuição pura).

A regra da abstração e da razão suficiente são conceitos lógicos cujo uso permite inferir necessariamente outros conceitos. No caso da abstração, ao negar-se as notas contidas em um conceito diminui-se a sua compreensão e, em consequência, obtém-se um conceito mais geral ou com maior extensão<sup>33</sup>. Assim, ao negar sucessivamente as notas inteligíveis e sensíveis de um objeto empírico (por exemplo, *corpo*), Kant obtém como resultado outros conceitos de menor compreensão e maior extensão (tal o de *extensão* e *figura*). No caso da razão suficiente, se o ponto de partida são conceitos correlatos (tal como o de matéria e forma), então se é dado um deles é necessário supor o outro (por exemplo, dada a intuição empírica, então pressupõe-se a intuição pura).

Ora, conforme o próprio Kant reconhece, a construção de um objeto *lógico* não implica que este seja necessariamente um objeto *real* (*KrV* B 626ss.). Naturalmente, para fazer uma defesa de Kant e contornar este problema dos objetos lógicos que ele constrói em sua filosofia teórica, aparentemente sem um necessário suporte real, pode-se recorrer a sua *semântica transcendental* para dizer que por meio desta ele mostra que estes objetos lógicos (isto é, os *a priori* em geral) tem algum tipo de referência ou realidade na experiência em geral<sup>34</sup>.

Porém, contra este tipo de defesa de Kant, convém chamar a atenção ao fato de que o problema da dedução das intuições puras não é um problema *semântico*, mas um problema *sintático*. Ou seja, a questão sintática fundamental na Estética Transcendental de Kant é decidir se o espaço e o tempo constituem de fato as intuições puras da sensibilidade. Uma vez decidido este problema, pode-se então refletir-se sobre a semântica ou a referência destes dois conceitos. Portanto, o problema semântico é aqui posterior ao sintático.

As duas ‘deduções’ da intuição que Kant apresenta (*CRPu* e *Prolegômenos*) apenas sugerem logicamente a pressuposição da intuição *pura* como o fundamento formal relativo a um conteúdo sensível dado em geral (puro ou empírico). Porém, que esta forma da intuição pura seja justamente o *espaço* e o *tempo* está longe de ser bem

<sup>33</sup> Segundo a lógica, quanto menor a compreensão, maior a extensão, e vice-versa, quanto maior a compreensão, menor a extensão. Por exemplo, o conceito de *ser* tem a menor compreensão, mas a maior extensão; ao contrário, o conceito de *indivíduo* tem a maior compreensão, porém a menor extensão.

<sup>34</sup> Kant denomina esta semântica de *exposição transcendental* (no caso da referência dos *a priori* da Estética) e de *dedução transcendental* (no caso da referência dos *a priori* da Analítica).

justificado por Kant. Afora esta crítica de caráter lógico, duas razões adicionais podem ser apontadas para demonstrar este ponto e pôr sob suspeição as formas da sensibilidade, a saber: (i) a hipótese conceitualista (imaginária) do espaço e do tempo; (ii) o caráter restritivo do espaço e do tempo ao domínio da visão.

(i) *A hipótese conceitualista(imaginária) do espaço e do tempo*

Esta reflexão tem por base o método da abstração usado por Kant para a dedução da intuição pura na *CRPu*. Com efeito, este método envolve apenas a atividade do entendimento e da imaginação: de um lado, o entendimento usa o princípio lógico da negação para construir novos conceitos (por exemplo, *extensão* e *figura*); de outro, a imaginação constrói a representação (esquemas) dos objetos correspondentes a tais conceitos (isto é, a extensão *em geral*, a figura *em geral*). Em seguida, Kant infere que o fundamento destes conceitos abstratos (*extensão* e *figura*) é a forma ou intuição pura do espaço. O passo final (ou a coroa do bolo) de Kant consiste em atribuir este objeto construído pela imaginação à forma da *sensibilidade*. Porém, após o entendimento aplicar duas vezes seguidas o método da abstração (negação) e instruir a imaginação a construir um objeto correspondente, pode-se questionar se Kant dá uma espécie indevida de *salto da imaginação para a sensibilidade*.

A bem da verdade, Kant não explica devidamente porque neste salto da imaginação à sensibilidade os esquemas daquela são postos como os *a priori* desta. Para deixar mais claro este ponto, é possível prosseguir o raciocínio de Kant e determinar ao entendimento aplicar mais uma vez o método da abstração sobre os conceitos de *extensão* e *figura*, de modo a obter o conceito mais abstrato ainda do *espaço puro*. Por sua vez, a imaginação constrói para este conceito a representação esquemática de um *espaço vazio* ou *absoluto*, do qual foram negadas todas as notas sensíveis e inteligíveis possíveis. Com efeito, chegado a este ponto, o que Kant faz no fundo é postular que este objeto imaginário (o espaço puro ou absoluto), construído pela imaginação, não pertence a esta faculdade, mas sim à forma da sensibilidade. Como se vê melhor agora, este salto feito por Kant da imaginação à sensibilidade é artificial e arbitrário, porque necessita de uma justificação teórica adequada, que infelizmente não é dada por ele na

Estética Transcendental – razão pela, no final das contas, pode-se colocar sob suspeição as suas formas da sensibilidade.

Uma possível defesa de Kant consiste em argumentar que o entendimento e a imaginação realizam procedimentos lógicos no lugar ou em nome da sensibilidade, uma vez que para Kant esta não é uma faculdade pensante, mas intuitiva. Porém, esta resposta pode ser talvez plausível no exemplo dos objetos empíricos (corpo), mas não no dos objetos puros (objetos matemáticos), pois neste último caso os objetos puros não são dados à sensibilidade, mas construídos apenas pelo entendimento com a ajuda da imaginação.

Diante deste quadro, há em princípio duas hipóteses possíveis a serem consideradas: 1) a forma do espaço (e tempo) pertence à sensibilidade (tese de Kant), e 2) a forma do espaço (e tempo) pertence à imaginação (tese contrária a Kant). Mais uma vez, a escolha de uma destas alternativas põe em cena o debate entre as interpretações não conceitualistas e conceitualistas das intuições.

Dado que a tese de Kant é mais comumente aceita e defendida, procurar-se-á mostrar aqui alguns argumentos que justificam a tese contrária à dele. Com efeito, como já foi notado por inúmeros comentadores, o advento das geometrias não-euclidianas e da teoria da relatividade põem em dúvida a *tese da idealidade do espaço e do tempo* de Kant, isto é, de que as formas do espaço e do tempo são subjetivas e pertencem à faculdade da sensibilidade humana.

De um lado, a geometria de superfícies curvas desenvolvida por Riemann e a geometria de superfícies finitas proposta por Lobachevsky<sup>35</sup> colocam em cheque algumas propriedades fundamentais da concepção do espaço de Kant, na medida em que este pressupõe que o espaço seja absoluto (plano) e infinito. De outro, a teoria da relatividade geral de Einstein (1999) une indissociavelmente os conceitos do espaço e do tempo ao de matéria ou energia, de tal modo que se torna impossível admitir aquela forma (espaço-tempo) sem um conteúdo (matéria ou energia) – separação esta defendida por Kant, repetindo Newton, mediante a *tese da invariabilidade absoluta do espaço e do tempo*, proposto na sua Estética (*KrV B 38-9/46*).

Portanto, as geometrias não euclidianas e a física relativística mostram que os seus conceitos do espaço e do tempo não são idênticos àqueles concebidos por Kant

---

<sup>35</sup> As informações referentes às geometrias de Riemann e Lobachevsky foram extraídas de Boyer (1991) e Eves (2004).

como pertencentes à faculdade da sensibilidade, na medida em que eles têm propriedades e relações conflitantes entre si. Isso significa dizer que as formas do espaço e do tempo pertencentes à sensibilidade de Kant são incapazes, por exemplo, de representar um aparecimento pertencente a um espaço de superfície curva, visto que qualquer objeto deste espaço não possui linhas retas, mas apenas curvas.

A tese da idealidade defendida por Kant permite assim concluir que o espaço e o tempo admitidos como a forma da sensibilidade são o espaço e o tempo da geometria euclidiana e da física newtoniana, mas que não são o espaço das geometrias não euclidianas e nem o espaço-tempo da física relativística.

Diante disto, surge o problema: como então explicar as geometrias não euclidianas e a física relativística no contexto da filosofia teórica de Kant?

A defesa mais óbvia de Kant é afirmar que, neste caso, o espaço e o tempo devem ser entendidos como *intuições formais*, o que significa dizer – segundo um viés neo-kantiano – que eles são apenas *formas universais* nas quais podem ser construídos os objetos matemáticos e físicos em geral, incluindo as geometrias não euclidianas e a física relativística. Porém, esta resposta tem o defeito de entrar em choque com a tese da idealidade do espaço e do tempo de Kant, por meio da qual ele afirma que o espaço e o tempo são formas da *sensibilidade humana*. Porém, supondo a tese da idealidade, o espaço e tempo da sensibilidade têm apenas propriedades euclidianas e newtonianas, mas não propriedades não euclidianas ou relativísticas.

Outra resposta possível a este problema é usar uma interpretação conceitualista da intuição para obter uma explicação mais simples. Deste modo, pode-se supor que o espaço (e tempo) puro é um produto da imaginação e do entendimento, obtido mediante o uso de regras lógicas – especialmente, o princípio da abstração/negação. Este espaço puro assim construído pode ser determinado pelo entendimento e pela imaginação para a construção de novos objetos puros em geral – tal como os objetos das geometrias não euclidianas e da física relativística. Esta solução, porém, derroga a tese da idealidade do espaço e do tempo de Kant, pois não pressupõe que o espaço puro ou vazio construído pela imaginação sob a tutela do entendimento seja o mesmo espaço (e tempo) supostamente subjacente à sensibilidade humana.

(ii) *O caráter restritivo do espaço e do tempo ao domínio da visão*

É conhecida a crítica feita a Kant de que a sua reflexão sobre as formas da sensibilidade (espaço e tempo) limitam-se a uma fundamentação filosófica do órgão da visão, e que esta sua explicação não se aplica satisfatoriamente aos outros órgãos dos sentidos. De fato, isto parece ser uma deficiência da Estética de Kant, o que, se realmente faz sentido esta crítica, põe de novo sob suspeição se as suas formas da sensibilidade são realmente o espaço e o tempo.

Como exemplo deste problema tome-se a audição para se investigar se a partir deste órgão do sentido é possível chegar-se a mesma conclusão, válida para a visão, de que o espaço e o tempo são as suas formas puras. (Em linhas gerais, o raciocínio aqui desenvolvido é também válido, com algumas adaptações, aos demais órgãos dos sentidos).

Pelo método da abstração utilizado por Kant pode-se tomar como exemplo o conceito de som (por exemplo, os toques de um sino), e em seguida negar tanto as notas empíricas deste conceito de som (tais como grave, agudo, alto, etc.) quanto negar as suas notas intelectuais (tais como melodia, harmonia, ritmo, etc.). Então, pergunta-se: o que resta do conceito de som após estas abstrações? Não se pode dizer que resta a nota da *acústica* (isto é, as ondas e vibrações físicas), nem tampouco a reprodução mental do som pela imaginação (memória), pois ambas são notas empíricas que já foram abstraídas anteriormente. A resposta correta é dizer que resta apenas a forma do *espaço*, que serve de condição para ser preenchido pela matéria destas sensações sonoras.

Porém, este resultado que aparentemente parece confirmar que a intuição pura de Kant é dedutível dos objetos empíricos do sistema auditivo (e por extensão de qualquer um dos demais órgãos dos sentidos), enfrenta ao menos dois problemas: um é relativo ao salto da imaginação à sensibilidade (já mencionado acima), e o outro concerne às regras específicas de cada órgão sensorial.

Quanto ao primeiro problema, reaparece na análise do sistema auditivo a questão do salto da imaginação à sensibilidade. Pois o espaço vazio resultante da abstração do som é um objeto imaginário construído pela imaginação mediante regras lógicas operadas pelo entendimento (abstração/negação). Contudo, a partir disso, não é necessário concluir-se, como o faria Kant, que este espaço vazio pertença à sensibilidade ao invés da imaginação, exceto por uma postulação arbitrária.

Novamente, deve-se descartar aqui uma possível defesa de Kant, já discutida acima, de que o entendimento e a imaginação supostamente realizam esta dedução da intuição em nome da sensibilidade (uma vez que esta não pensa, mas só intui, segundo Kant). Pois, embora o som seja um objeto empírico ligado à sensibilidade, porém a produção (música) ou a reprodução (memória) do som pela imaginação não o é, de modo que permanece indefinido se a forma do espaço puro obtida por esta dedução lógica pertence à sensibilidade ou à imaginação.

Quanto ao segundo problema, é duvidoso que as regras espaciais e temporais usadas para representar os aparecimentos no sistema visual sejam também necessárias para representar os aparecimentos nos outros sistemas sensoriais. Por exemplo, no caso do sistema da audição as regras espaciais (tal como a extensão e figura) têm pouco ou nenhum uso na determinação dos sons, pois neste caso prevalece as regras temporais (tal como a sucessão, simultaneidade, duração)<sup>36</sup>. Ao considerar-se os demais órgãos dos sentidos pode-se dizer que cada um deles contém um conjunto distinto de regras particulares para representar os seus próprios aparecimentos, cuja função geral é apenas representar a simples entidade do aparecimento mediante a identificação de determinados graus de intensidade das suas sensações específicas no espaço e no tempo.

Neste ponto, pode-se muito bem argumentar a favor de Kant de que a função de todos os sistemas sensoriais é identificar a presença ou a ausência dos aparecimentos no *espaço* e no *tempo*, e que por isso estas duas formas da sensibilidade são universais aos aparecimentos de todos os sistemas sensoriais. Porém, convém contra argumentar que as regras usadas para este fim pelos demais sistemas sensoriais, distintos da visão, não são necessariamente regras espaciais e temporais. Pois nestes outros sistemas sensoriais ocorre, em um nível elementar ou primário, a simples representação da entidade do aparecimento, a qual muitas vezes nada tem a ver com formas espaciais (extensão) ou temporais (sucessão, simultâneo, permanente), mas simplesmente com a identificação de certas propriedades físicas ou químicas ligadas à sensações específicas (tal como ocorre, por exemplo, nos sistemas auditivo, olfativo, gustativo e tátil). Esta atividade primária de cada sistema sensorial não exclui, porém, a possibilidade de que, em um nível secundário ou posterior, as suas regras específicas se inter-relacionem para

---

<sup>36</sup> Esta predominância das regras temporais sobre as espaciais na música foi notada por Hegel (*Curso de Estética*, Vol. III).

produzir, por exemplo, informações espaciais e temporais acerca dos aparecimentos (tais como sua posição, duração, etc.).

Portanto, isso mostra que a intuição pura não pode ser restringida ao conjunto das regras espaciais e temporais próprias do sistema visual, mas a sua correta compreensão deve ser ampliada para formar um sistema de regras mais complexo que contenha as regras específicas de todos os sistemas sensoriais e de suas relações recíprocas. Mais precisamente, este sistema das regras da intuição pura deve satisfazer duas condições: (i) indicar, em um nível primário ou elementar, as regras específicas de cada sistema sensorial em particular e, (ii) estabelecer, em um nível secundário ou posterior, as relações existentes entre regras dos diversos sistemas sensoriais.

### Considerações Finais

Após as análises precedentes, pode-se estabelecer duas conclusões principais relativas aos dois tópicos discutidos no texto, cuja diretriz geral foi formulada na questão: o espaço e o tempo são realmente os *a priori* da sensibilidade?

No primeiro tópico do artigo, admitiu-se em caráter provisório uma resposta positiva em relação à questão acima, tomando-se Calabria (2017) como referência para a discussão do conceito de aparecimento e intuição na Estética de Kant. O resultado desta análise mostrou, em contraposição a Calabria, que o conceito de aparecimento pode ser concebido sem a intervenção da imaginação mediante um aprofundamento do conceito de *sinopse*, a partir do qual o aparecimento resulta de uma atividade da própria sensibilidade, mais precisamente, de uma inter-relação entre a intuição pura (forma) e empírica (matéria). Nesta interpretação da sinopse, de um lado, a intuição pura deve ser concebida como um *sistema de regras* complexo, de nível elementar ou primário, que contém o conjunto de todas as regras (em potencial ou *in abstracto*) de cada um dos sistemas sensoriais; de outro, a intuição empírica deve ser vista como a aplicação atual ou uso *in concreto* destas regras, por meio da qual se produz a representação da simples entidade do aparecimento própria a cada um dos sistemas sensoriais existentes.

No segundo tópico do texto, supôs-se uma resposta negativa quanto à questão acima, partindo-se do pano de fundo sobre o funcionamento do sistema visual humano e artificial (robótico), a fim de questionar a posição de Kant mediante uma argumentação de base científica dividida em três grupos: lógico, físico-matemático e biológico. O

argumento lógico mostrou que Kant produz a representação do espaço puro pela simples aplicação de regras lógicas (abstração e razão suficiente), a partir do que resulta uma indefinição se tal representação pertence à imaginação ou à sensibilidade, cuja análise crítica deste problema foi feita pelo que se denominou do *salto de Kant da imaginação à sensibilidade*. O argumento físico-matemático procurou mostrar, de um lado, que a *tese da idealidade* do espaço de Kant não se coaduna perfeitamente com as geometrias não euclidianas (pois a sensibilidade humana não é formada por tais tipos de estruturas geométricas) e, de outro, que a *tese da invariabilidade absoluta* do espaço e do tempo de Kant, importado por ele de Newton, não se harmoniza com a física relativística (pois nesta o espaço e o tempo desaparecem ao desaparecerem os objetos). Por fim, o argumento biológico buscou evidenciar que as formas do espaço e do tempo, supostamente presentes na base do sistema visual, não podem ser simplesmente estendidas como o fundamento dos demais sistemas sensoriais (pois estes possuem sistemas de regras específicos – físico, químico, elétrico – para representar seus respectivos aparecimentos em um nível primário, e que não envolve necessariamente regras espaciais ou temporais, exceto possivelmente em um nível secundário de inter-relação entre os diversos sistemas sensoriais).

\* \* \*

Levando-se em consideração estes comentários críticos acerca da Estética Transcendental de Kant, pode-se ao final deste texto abrir um espaço para apresentar algumas hipóteses ou proposições que podem subsidiar uma linha de investigação alternativa acerca do sistema da sensibilidade. De modo resumido, estas hipóteses podem ser divididas em três princípios, assim distinguidos:

*1. Princípio da indissociabilidade interna entre forma e matéria.*

A proposição deste princípio supõe o reconhecimento de duas condições: (I) o princípio da indissociabilidade em geral entre matéria e forma; (II) o princípio da indissociabilidade interna entre matéria e forma de todas as faculdades.

*I- Princípio da indissociabilidade em geral entre matéria e forma.* De modo geral, este princípio provém da filosofia antiga, sendo aqui focalizado em Aristóteles apenas por uma questão de simplificação, por ter sido o filósofo que desenvolveu uma reflexão especial sobre os conceitos de matéria e forma. Por questão de economia, não se desenvolverá outros pontos da extensa teoria da matéria e forma de Aristóteles, mas reter-se-á aqui apenas este ponto essencial da sua concepção: a indissociabilidade entre matéria e forma.

Embora Aristóteles admitira que em alguns casos especiais a forma pode existir sem a matéria – por exemplo, Deus –, contudo para os seres sensíveis em geral – inclusive o homem – prevalece o princípio da indissociabilidade entre ambas. Para ele, a alma (ou mente) constitui a forma, ao passo que o corpo a matéria dos seres sensíveis, sendo que ambas são intimamente ligadas durante toda a vida do indivíduo, só se separando por ocasião da sua morte.

Em linhas gerais, Aristóteles concebe a *relação* e a *natureza* da forma e da matéria do mesmo modo que Kant o fará posteriormente. De acordo com a classificação feita acima, Aristóteles defende as posições (iii) e (iv), a saber, respectivamente, a tese da *coexistência* e do *dualismo* entre a forma e a matéria. Para Aristóteles, isso significa dizer, quanto à relação, que a forma e a matéria devem ser considerados elementos simplesmente *dados*, e não criados ou derivados de outro princípio mais fundamental (quer este princípio seja a própria matéria ou a forma, ou então um terceiro princípio distinto, como Deus); quanto à natureza, que a forma e a matéria têm funções *interdependentes* e *impermutáveis* entre si, cuja regra geral é a de que a primeira exerce um princípio *determinante* (regras) e a segunda um princípio *determinável* (multiplicidade).

*II. Princípio da indissociabilidade interna entre matéria e forma de todas as faculdades:* Este segundo princípio é um diferencial quanto à concepção de Aristóteles e Kant sobre a relação e a natureza entre a forma e a matéria. Em linhas gerais e com algumas omissões, pode dizer que, para Aristóteles, as faculdades da alma (vegetativa, sensitiva, racional) atuam, direta ou indiretamente, sobre o corpo do indivíduo (sendo responsável pelo seu crescimento, percepção sensível e ação). Para Kant, as faculdades da mente atuam de dois modos distintos: de um lado, as faculdades pensantes atuam

diretamente umas sobre as outras, e só indiretamente sobre o corpo; de outro, somente a faculdade sensível (sensibilidade) atua diretamente sobre os órgãos dos sentidos.

Embora estes dois filósofos tenham afirmado em geral que as faculdades constituem formas que atuam, direta ou indiretamente, sobre a realidade física (o corpo) do ente, contudo, o que o princípio aqui proposto estabelece é algo distinto de ambos.

Com efeito, o que este princípio acima afirma é que cada faculdade em geral (teórica, prática ou estética; pensante ou sensível) é uma forma (isto é, um *sistema de regras*) que pressupõe, internamente, uma matéria (isto é, uma base física em um grau distinto do próprio corpo do ente), de tal modo que esta é a condição para a *atividade* daquela.

Resumidamente, uma explicação desta tese pode ser feita em três passos. Primeiro: a forma de cada faculdade deve ser compreendida como um *sistema de regras*, cuja natureza é puramente simbólica, e cuja função é criar ou nomear objetos em geral (abstratos ou concretos) e estabelecer relações entre eles. Segundo: a matéria (ou conteúdo) de cada faculdade é uma base física, cuja natureza é possuir um grau de matéria ou energia, cuja função é servir de um princípio dinâmico à forma de cada faculdade, e cujo nível deste grau é distinto daquele no qual se manifesta o próprio corpo do ente. Terceiro: a forma (sistema de regras) e o conteúdo (princípio dinâmico material ou energético) são *internamente* interdependentes: a forma depende do conteúdo para agir e o conteúdo depende da forma para perceber, de tal modo que a forma sem o conteúdo é vazia ou inativo, e o conteúdo sem a forma é cego ou indômito.

Como se vê, este princípio da indissociabilidade interna entre a forma e a matéria é distinto da concepção de Aristóteles e Kant<sup>37</sup>, pois o que eles dizem em geral é que a forma de cada faculdade possui em si mesma, misteriosamente, um princípio interno dinâmico que a põe em ato, e cuja atividade é dirigida para ordenar um conteúdo *externo e passivo* – externo porque este conteúdo não pertence à própria natureza da forma, mas a outro princípio distinto, e passivo porque não se reconhece nas formas inferiores da sensibilidade uma atividade interna.

Ao contrário disto, o que a tese da indissociabilidade interna estabelece é que a forma de cada faculdade está direta e internamente ligada a um (nível de) conteúdo dinâmico como condição necessária e suficiente para a sua atividade e funcionamento.

---

<sup>37</sup> Esta crítica estende-se também à filosofia do Eu Puro de Fichte (1988), para o qual este Eu se põe a si mesmo, de modo absoluto, sem a necessidade de algum conteúdo dinâmico.

Ou seja, a forma só pode ser ativa porque depende internamente de um conteúdo dinâmico para agir, sem o qual nada determina. Em outras palavras e para deixar mais claro este ponto através de um exemplo de Kant: a forma do entendimento é constituir um simples sistema de categorias, que sem uma relação interna a um determinado conteúdo dinâmico (material ou energético) ele é incapaz, sozinho ou por si mesmo, de realizar a sua atividade de síntese e unidade em geral sobre a sensibilidade.

Ao que tudo indica, este detalhe quanto à explicação da razão da atividade das próprias faculdades em geral (pensantes ou sensíveis) passou despercebido a Aristóteles e Kant, os quais simplesmente postularam que se tratava de uma atividade absoluta ou em si mesma de tais faculdades, como se tal atividade fosse de caráter substancial. Porém, o que o princípio da indissociabilidade interna estabelece é que a forma das faculdades não explica por si mesma o seu próprio ato, sendo necessário postular como razão suficiente para esta atividade um conteúdo interno subjacente a título de um princípio dinâmico.

Em termos sintático-semânticos isso significa dizer que, no fundo, a forma das faculdades é um sistema sintático e o seu conteúdo correlato é um sistema semântico de caráter dinâmico – o que será melhor justificado no terceiro princípio desta conclusão.

## 2. Princípio gradualista da forma e da matéria (variação em graus e níveis):

A exposição deste princípio tem como referência a filosofia teórica de Kant, na qual se pode encontrar uma reflexão sobre a possibilidade da variação em graus tanto da matéria como da forma, embora ele confira maior ênfase à primeira que à segunda.

Quanto à variação em graus da matéria, Kant a reconhece no seu princípio das antecipações da experiência (*KrV* B 207ss.), por meio do qual ele afirma que a matéria da sensação pode variar em graus infinitos, compreendido no intervalo de 0 a 1. Além disso, ele diz que o próprio conceito de realidade (*Realität*) depende desta variação em graus da sensação, de tal modo que se pode dizer que o real tem um grau que varia em função da sensação.

Quanto à variação em graus da forma, Kant a admite sucintamente em uma passagem da refutação de Mendelssohn sobre a alma, na qual ele afirma que “mesmo a consciência possui constantemente um grau, que sempre pode ainda ser diminuído; o

mesmo ocorre com a faculdade de ser consciente de si e com todas as demais faculdades” (*KrV* B 414-5). Como convém bem observar, Kant sugere claramente aqui que a própria *forma* das faculdades em geral também varia em *graus*. Porém, ao contrário do que ocorre quanto à matéria da sensação, onde Kant desenvolve uma reflexão mais profunda sobre a sua variação em graus, ele não realiza uma reflexão sistemática quanto à variação em graus da forma das faculdades. No entanto, para os fins deste trabalho, o registro destas passagens da *CRPu* é suficiente para notar que Kant reconhece a variação em graus tanto da matéria (sensação) como da forma (faculdades).

Portanto, o princípio gradualista da forma e da matéria (2) aqui proposto tem um apoio em Kant, porém a sua reflexão precisa, em associação ao princípio anterior (1), ser conduzida e aprofundada em uma direção diferente que Kant não considerou.

Com efeito, de acordo com o *princípio 1*, deve-se admitir que toda forma das faculdades está associada internamente a um conteúdo dinâmico. Além disso, de acordo com o *princípio 2*, deve-se reconhecer que a forma das faculdades e seu conteúdo dinâmico variam simultaneamente em graus. A combinação destes dois princípios permite estabelecer duas conclusões.

Primeira, quanto à variação gradualista da *forma*, isso significa dizer que o próprio sistema de regras (forma) de cada faculdade varia em graus, no sentido de que o próprio sistema simbólico se hierarquiza em níveis simbólicos distintos (metalinguísticos). Segunda, quanto à variação gradualista do *conteúdo*, isso quer dizer que o elemento dinâmico (matéria ou energia) que acompanha indissociavelmente cada faculdade varia também em graus e níveis distintos.

Apesar de o *princípio 1* prescrever a indissociabilidade entre a forma e o conteúdo das faculdades, entretanto, é possível que, para o sujeito cognoscente (homem), o aparecimento ou a manifestação de um destes dois sistemas ocorra dissociado do outro – tal como ocorre, por exemplo, na expressão da linguagem e do sonho. No caso da linguagem, a lógica formal construiu teorias metalinguísticas que constroem uma hierarquia de linguagens<sup>38</sup>, porém são sistemas simbólicos vazios ou sem conteúdo porque não estão associados a qualquer elemento dinâmico ou concreto, mas apenas a objetos abstratos. No caso dos sonhos, a faculdade da imaginação reproduz um conteúdo dinâmico que contém um sistema completo de sensações (em um determinado

---

<sup>38</sup> Tarski (2007).

nível de matéria ou energia), porém este conteúdo não é acompanhado de um sistema simbólico de nível equivalente para discriminar as relações metalinguísticas que estão presentes no sujeito cognoscente, mas sim é seguido por um sistema linguístico similar ao nível anterior ao dos sonhos (isto é, da vigília), cuja semântica reproduz valores de verdade e realidade absolutos, tanto para os aparecimentos da vigília como para os aparecimentos oníricos em geral.

### 3. Princípio sintático e semântico variável ou relativo da forma e da matéria

De modo geral, este princípio tem por referência geral as interpretações semânticas da *CRPu* de Kant, tal como propostas por Loparic (2000) e Hanna (2005), para os quais, grosso modo, esta obra deve ser vista como uma reflexão sintática e semântica sobre o conhecimento, tendo como foco principal discutir o problema da referência dos *a priori* em geral e dos juízos sintéticos *a priori*.

Porém, a proposição do presente princípio semântico deve levar em consideração os *princípios 1 e 2*, acima. Como se verá, esta exigência produz um diferencial quanto às interpretações semânticas destes autores em pelo menos dois sentidos principais, de acordo com os princípios estabelecidos acima.

Antes de prosseguir, porém, convém salientar que Loparic e Hanna seguem a concepção rígida de Kant quanto à relação e à natureza da forma e da matéria, no sentido de que ambos, em linhas gerais, defendem a *coexistência* e o *dualismo* entre estes dois elementos. Além disso, convém destacar mais dois pontos importantes destes intérpretes para melhor contrastar as diferenças quanto à posição aqui defendida. Primeiro, o mais relevante, ambos os comentadores seguem a mesma concepção absoluta de Kant de que a atividade da forma das faculdades deve ser explicada por um ato originário de sua própria natureza formal, que independe da relação interna a qualquer conteúdo dinâmico. Segundo, ambos os autores, em semelhança a Kant, olvidam ou dão pouca importância ao fato de que a forma das faculdades também varia em graus.

Em contraposição a estes dois autores, o princípio sintático e semântico variável da forma e da matéria, aqui proposto, leva em consideração os resultados dos *princípios 1 e 2* acima. De um lado, o *princípio 1* afirma que a forma pressupõe um conteúdo

dinâmico interno para explicar a sua própria atividade, de outro, o *princípio 2* estabelece que a forma e o conteúdo (matéria) variam em graus.

De acordo com estes dois princípios, a proposição do *princípio 3* deve satisfazer duas condições, a saber: (i) uma sintaxe e semântica *interna* e (ii) uma sintaxe e semântica *variável* ou *relativa*.

*I. A sintaxe e a semântica interna.* Dado que o *princípio 1* fixa que a atividade da forma depende de um conteúdo interno, então isso implica, em termos do *princípio sintático-semântico 3*, que a forma de todas as faculdades deve ser compreendida como um sistema sintático (de regras) que pressupõe, necessariamente, uma *referência interna* a um conteúdo dinâmico. Portanto, o conceito da semântica interna é definido precisamente enquanto a relação entre a forma e o seu conteúdo interno, ou seja, entre o sistema de regra das faculdades e o seu sistema dinâmico subjacente.

*II. A sintaxe e a semântica variável ou relativa.* Dado que o *princípio 2* estabelece que a forma e o conteúdo variam em graus, então isso implica, em termos do *princípio sintático-semântico 3*, que o sistema sintático das faculdades (regras) e o seu sistema semântico interno variam ambos em grau. Dentre as várias consequências que decorrem do fato de um sistema sintático-semântico variar em graus, duas serão destacadas aqui: (A) o fato de que ele deixa de ter uma propriedade *absoluta* para ter apenas uma propriedade *variável* ou *relativa*; (B) o fato de os conceitos semânticos de *verdade/falsidade* e *realidade* variar também em graus.

(A) *Definições de um sistema sintático-semântico absoluto/invariável e relativo/variável.* Este ponto pode ser melhor compreendido ao tomar-se como parâmetro a própria filosofia de Kant, bem as suas interpretações feitas por Loparic e Hanna.

Com efeito, como Kant não desenvolveu uma reflexão mais profunda sobre a hipótese da forma variar em graus, mas apenas sobre o fato do conteúdo (sensação) ser variável em graus, então a consequência disso é que a sua semântica satisfaz duas condições claramente distintas: (a) uma forma invariável e (b) um conteúdo variável – ou dito de modo equivalente: (a) um sistema sintático invariável e (b) um sistema semântico variável (isto é, cujos objetos variam em grau). A semântica assim definida por estas duas condições pode ser denominada de uma *semântica absoluta* ou *invariável*, na medida em que um dos seus elementos, a forma, é admitido como

invariável ou absoluto<sup>39</sup>. Além disso, como se verá em seguida, esta semântica invariável admitida por Kant é de caráter *externo*, e não *interno*, porque diz respeito ao conteúdo da *sensação*, e não ao conteúdo *dinâmico* (interno) das faculdades.

Em contraposição a esta concepção, o *princípio 3* aqui proposto deve satisfazer, para a sua definição, as três seguintes condições: (i) um sistema sintático (regras) variável em grau, (ii) um sistema semântico interno (conteúdo dinâmico) variável em grau, e (iii) um sistema semântico externo (sensação) variável em grau.

Portanto, conforme o *princípio 3*, pode-se definir como um sistema *sintático-semântico variável ou relativo* todo aquele que satisfaz estas três condições acima, isto é, as propriedades de um sistema sintático variável em grau e de dois sistemas semânticos (interno e externo) também variáveis em grau.

Esta definição permite concluir que há duas relações sintático-semânticas a serem levadas em consideração, a saber: 1<sup>a</sup>) entre o sistema sintático variável e o sistema semântico *interno* variável, e 2<sup>a</sup>) entre estes dois sistemas variáveis em conjunto, de um lado, e o sistema semântico *externo* variável, de outro. Por questão de comodidade, pode-se denominar a primeira relação de um sistema *sintático-semântico interno* e a segunda de um sistema *sintático-semântico externo*.

A primeira relação sintático-semântica é de caráter *interno* e tem a ver unicamente com a própria atividade da faculdade, sendo estabelecida mediante o *princípio 1*, a qual não foi presumida por Kant. Já a segunda relação sintático-semântica é de caráter *externa* e tem a ver com a inter-relação entre as faculdades, e desde que se ignore o seu conteúdo dinâmico pode ser identificada à semântica concebida por Kant.

Comparativamente, esta última definição é mais abrangente que a de Kant porque, do ponto de vista sintático, introduz uma variação em grau na forma das faculdades (sistema de regras) e, do ponto de vista semântico, mantém a variação em grau da sua semântica externa (conteúdo da sensação), além de acrescentar uma variação em grau na semântica interna (conteúdo dinâmico).

(B) *O caráter variável ou relativo dos conceitos semânticos em geral (verdade/falsidade e realidade)*. Este ponto pode ser compreendido por meio de uma combinação dos *princípios 1, 2 e 3* acima, ou mais precisamente, mediante uma

---

<sup>39</sup> O fato de Kant defender a suposta completude dos seus *a priori* em geral é uma prova de que ele pressupõe um sistema sintático absoluto ou invariável.

aplicação dos *princípios 1 e 2* às três condições da definição de um sistema sintático-semântico variável ou relativo, dadas acima.

De um lado, a variação em graus (*princípio 2*) do sistema sintático-semântico interno (condição “i” e “ii” do *princípio 3*) equivale simplesmente a dizer que a forma das faculdades (regras) e seu conteúdo dinâmico variam em grau. De outro lado, a variação em graus (*princípio 2*) do sistema sintático-semântico externo (condição “i” “ii” e “iii” do *princípio 3*) equivale a afirmar que a forma junto com o seu conteúdo interno (dinâmico) e mais o conteúdo externo (sensação) variam em grau.

De modo bem resumido, pode-se dizer que estas duas condições sintático-semânticas (interna e externa) variáveis em grau trazem as seguintes consequências aos conceitos de verdade e realidade. De um lado, o sistema sintático-semântico interno variável implica que há graus de realidade para as faculdades em geral, e de outro, o sistema sintático-semântico externo implica que há graus de realidade para os aparecimentos em geral, sendo que em ambos os casos o conceito de verdade e falsidade a elas associado deve ser definido em função desta variação. Isso quer dizer que os conceitos de verdade e falsidade deixam de ser definidos de modo absoluto ou invariável, e se tornam conceitos definidos de modo relativo ou variável em função da variação em graus e níveis dos sistemas sintático-semânticos interno e externo.

## Referências

ALLISON, H. E. (2004). *Kant's transcendental idealism: an interpretation and defense*. New Haven & London: Yale Univ. Press.

AQUILA, R. E. (1977). The relationship between pure and empirical intuition in Kant. *Kant-Studien*, Vol. 68 (nº 3), pp. 275-89.

BOYER. C. B. (1991). *História da matemática*. São Paulo: Ed. Edgar Blücher.

CALABRIA, O. P. (2006). A distinção kantiana entre aparecimento e fenômeno. *Kant E-Prints*. Vol. 1 (nº 1), pp. 119-26.

\_\_\_\_\_. (2012). *A imaginação de Kant e os dois objetos para nós: e ainda, a propósito da doutrina do esquematismo e das duas deduções das categorias*. 2012. 209 f. Tese (Doutorado em Filosofia). Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

\_\_\_\_\_. (2013). Da relação entre os graus de conhecimento e as capacidades de representação em Kant. *Educação e Filosofia*, Vol. 27 (nº especial) pp. 281-301.

\_\_\_\_\_. (2015). Ensaio sobre a unidade sintética meramente sensível. *Estudos Kantianos*. Vol. 3 (nº 1), 265-81.

\_\_\_\_\_. (2017). Intuições cegas são aparecimentos. *Studia Kantiana*, Vol. 15 (nº 2), pp. 63-85.

CAYGILL, H. (2000). *Dicionário Kant*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.

DUPUY, J. P. (1996). *Nas origens das ciências cognitivas*. São Paulo: Ed. Unesp.

EINSTEIN, A. (1999). *A teoria da relatividade especial e geral*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto.

EVES, H. (2004). *Introdução à história da matemática*. Campinas: Ed. Unicamp.

FICHTE, J. G. (1988). *A doutrina-da-ciência (1794)*. São Paulo: Ed. Nova Cultural. (Col. Os Pensadores).

GIL, F. (1992). *Recepção da Crítica da razão pura: antologia de escritos sobre Kant (1786-1844)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

HANNA, R. (2005). *Kant e os fundamentos da filosofia analítica*. São Leopoldo (RS): Ed. Unisinos.

HEGEL, G. (2002). *Cursos de estética – vol. III*. São Paulo: EdUSP.

HEIDEGGER, M. (1996). *Kant y el problema de la metafísica*. México: Fondo de Cultura Económica.

KANT, I. *Gesammelten Werken der Akademieausgabe aus den Bänden 1-23 (Elektronische Edition). Band III: Kritik der reinen Vernunft (2. Aufl. 1787). Band IV: Kritik der reinen Vernunft (1. Aufl. 1781) und Prolegomena*. Seit 2008 in: <https://korpora.zim.uni-duisburg-essen.de/kant/verzeichnisse-gesamt.html>.

\_\_\_\_\_. (1980). *Crítica da razão pura*. São Paulo: Ed. Nova Cultural. (Col. Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. (2012). *Crítica da razão pura*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes.

\_\_\_\_\_. (1997). *Kritik der reinen Vernunft*. Frankfurt: Suhrkamp.

\_\_\_\_\_. (1988). *Prolegômenos a toda metafísica futura*. Lisboa: Ed. 70.

\_\_\_\_\_. (1992). *Lógica*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro.

LOPARIC, Z. (2001). *A semântica transcendental de Kant*. Campinas: UNICAMP.

MAIMON. S. (1992). *Sensibilidade, imaginação, entendimento, conceitos puros do entendimento a priori* (1790). In: GIL, F. *Recepção da Crítica da razão pura: antologia de escritos sobre Kant (1786-1844)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MCDOWELL, J. (1996). *Mind and world: with a new introduction*. Cambridge: Harvard Univ. Press.

\_\_\_\_\_. (1998). Having the world in view: Sellars, Kant, and intentionality. *The Journal of Philosophy*. Vol. 95 (nº 9), pp. 431-491.

PIPPIN, R. B. (1982). *Kant's theory of form: an essay on the critique of pure reason*. New Haven & London: Yale Univ. Press.

PORFÍRIO. (1994). *Isagoge: introdução às categorias de Aristóteles*. Lisboa, Ed. Guimarães.

SOUZA, L. E. S. (2001). *Exposição da doutrina do espaço e do tempo de Kant*. 2001. 143 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

\_\_\_\_\_. (2014). Sobre o idealismo em Kant e Berkeley. *Studia Kantiana*, Vol 16, pp. 52-64.

\_\_\_\_\_. (2015). A concepção de sistema em Kant e Fichte. *Studia Kantiana*, Vol. 18, pp. 112-133.

\_\_\_\_\_. (2016). Felicidade e moralidade na ética de Kant: oposições e conciliações. *Studia Kantiana*, Vol. 22, pp. 85-103.

TARSKI, A. (2007). *A concepção semântica da verdade*. São Paulo: Ed. Unesp.

ZÖLLER, G. (2010). Of empty thoughts and blind intuitions Kant's answer to Mcdowell. *Trans/Form/Ação*, Vol. 33 (nº 2), pp. 65-96.